



**ACÓRDÃO Nº819/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1497/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
- 5- **Exercício:** 2014
- 6- **Responsável:** Afonso Lobo Moraes (Gestor) e Danielle Maia Queiroz (Ordenadora de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2055/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Exercício de 2014.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Coordenaria de Administração da SEFAZ, U.G. 14101, de responsabilidade do Sr. Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado e da Sra. Danielle Maia Queiroz, Técnica da Fazenda e ordenadora de despesas, nos termos do artigo 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica desta Corte de Contas.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Afonso Lobo Moraes no valor de R\$8.000,00, nos termos do artigo 308, V, do Regimento Interno desta Corte de Contas que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas impropriedades apontadas nos itens 14, 16 e 19. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 10.3. **Aplicar Multa** à Sra. Danielle Maia Queiroz no valor de R\$8.000,00, nos termos do artigo 308, V, do Regimento Interno desta Corte de



**ACÓRDÃO Nº819/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas impropriedades apontadas nos itens 14, 16 e 19. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

- 10.4. Considerar em Alcance** solidário o Sr. Afonso Lobo Moraes e a Sra. Danielle Maia Queiroz, no valor de R\$398.783,00, nos termos do artigo 304, III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ pela impropriedade apontada no item 14. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 10.5. Considerar em Alcance** solidário o Sr. Afonso Lobo Moraes e a Sra. Danielle Maia Queiroz no valor de R\$1.026,68, nos termos do artigo 304, III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ pela impropriedade apontada no item 16. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 10.6. Considerar em Alcance** solidário o Sr. Afonso Lobo Moraes e a Sra. Danielle Maia Queiroz, no valor de R\$23.795,63, nos termos do artigo 304, III, do Regimento Interno desta Corte de Contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ pela impropriedade apontada no item 19. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 10.7. Determinar** à Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz que requeira junto à Controladoria Geral do Estado que exerça o controle interno exigido por lei.
- 10.8. Determinar** à Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz que proceda ao preenchimento do SAP de forma atualizada.

**11- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de Agosto de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº819/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral